

Artes cênicas na discussão do tema privacidade

Performing arts for discussing the theme of privacy

Daniel Perdigão-Nass¹

Michelle Zampieri Ipolito²

Resumo: O uso de redes sociais virtuais é rotineiro para centenas de milhões de pessoas no planeta. Uma das questões mais pertinentes em relação a isso é a proteção da privacidade. Neste artigo, fazemos uma rigorosa discussão, buscando base sólida para trabalhar o tema privacidade junto a calouros de uma universidade pública brasileira. Nossa proposta foi o uso de uma performance cênica como suporte para o debate. Considerado o tempo exíguo de trabalho, a aplicação da proposta foi bem-sucedida, pois houve adesão ao debate e atuação crítica e propositiva pelos estudantes.

Palavras-chave: Redes sociais virtuais; Arte-educação; Privacidade.

Abstract: The use of virtual social networks is routine for hundreds of millions of people on Earth. One of the most relevant issues in respect of such use is the protection of privacy. In this article, we make a rigorous discussion, seeking solid base to work the theme 'privacy' with freshmen of a Brazilian public university. Our proposal was the use of a work of performance art as a support to the debate. Taking into account the cramped time for working, the implementation of the proposal was successful because there was adherence to debate, besides critical and purposeful action by students.

Keywords: Virtual Social Networks; Arts Education; Privacy.

1. Introdução

Um evento de grande impacto na vida das pessoas e na dinâmica social global ocorreu em meados da década de 1990: a disponibilização da Internet, a rede mundial de comunicação digital, ao grande público. Tratava-se, àquela época, de uma inovação instrumental por meio da qual foram ampliadas as possibilidades de comunicação entre as pessoas.

¹ Doutorado em Ensino de Ciências pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Adjunto da Universidade de Brasília – UnB.

² Doutorado em Medicina pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Professora Adjunta da Universidade de Brasília – UnB.

É válido considerar a Internet como uma tecnologia de informação e comunicação (TIC), que veio a se somar a tantas outras, como o meio impresso, o telefone, o rádio ou a televisão. O vasto leque de funcionalidades, de aplicações e de implantações dessa rede mundial de computadores nos diversos setores econômicos e sociais deu origem à chamada “Sociedade da Informação”, que, para Kenski (2003), configura um novo modelo social globalizado.

Em vinte anos, essa nova tecnologia de informação e comunicação se estabeleceu de maneira sólida na maioria dos espaços sociais e culturais da atualidade, mais rapidamente que qualquer outra TIC no passado. Com isso, ela transformou as ações e as relações sociais, especialmente nos conceitos de “múltiplos tempos e espaços vivenciais, desterritorialização do conhecimento, reterritorialização das interações e comunicações pessoais” (KENSKI, 2003). Seja como for, a Internet é agente e, ao mesmo tempo, palco de mudanças nos processos sociais, políticos, econômicos e educacionais. Desta forma, a Internet tem sido foco de pesquisas contemporâneas nas referidas áreas.

A linguagem da Internet é a hipermídia, ou seja, uma série de mídias dispostas em um mesmo suporte. Apresenta uma personalidade diferente da verificada quando as mídias são colocadas separadamente. Com a hipermídia, há riqueza de interatividade, ou seja, de atividade plena, livre, aberta, dinâmica, multidirecional e multifacetada, como sugerem Dias e Chaves Filho (2003). De acordo com França (2009), a grande diferença da hipermídia é essa rica presença de interatividade, de caminhos e de opções para os usuários, o que a sustenta como linguagem híbrida, linguagem da “cultura em movimento constante e evolutivo, em que seus valores se reafirmam, pressupondo um mundo de operações, funções e significações diferenciadas, vividas e experienciadas pelas pessoas”. Para Gouvêa e Oliveira (2006), a hipermídia é mais que uma ferramenta, participando ativamente de nosso mundo natural e social. A crença em um pretenso poder miraculoso da Internet como ferramenta de mudança da sociedade, para Barreto (2004), se deve à imprecisão que envolve a noção de informação e influiria, direta e inseparavelmente, à concepção da “Sociedade da Informação” à qual a Internet teria nos trazido. Já para Mattelart (2009), será ampliada a tendência de associar a informação a um termo da estatística (data/dados) e de ver informação somente onde há dispositivos técnicos, instalando-se, assim, um conceito puramente instrumental da “Sociedade da Informação”. Dessa forma, são apagadas as implicações sociopolíticas dessa expressão,

que designa o que seria o novo destino do mundo. Já para Gouvêa e Oliveira (2006), mudanças tecnológicas sempre ocorreram e sempre influenciaram o comportamento humano, mas são apenas parte da engrenagem dinâmica na qual o fator humano é o mais fundamental.

Portanto, conclui Preti (1998), não se trata de engrandecer nem de condenar a Internet como responsável por certos males da sociedade contemporânea, pois a mesma é e deve ser encarada como meio e não fim em si mesma. Apesar de não ser um fim, a Internet não deve ser considerada neutra, pois nela são embutidos valores, conceitos, visões de sociedade, racionalidades, conflitos, privilégios, exclusões, etc.

Uma das aplicações que mais evidencia as distintas visões de sociedade e os conflitos que disso emergem são as chamadas redes sociais virtuais, ou, como prefere Recuero (2008), mídias sociais. Boyd e Ellison (2007) definem esses sítios da Internet como serviços que, por sua concepção, permitem a seus usuários, inicialmente, três interações: a construção de um perfil público, seja integralmente ou parcialmente, dentro de um sistema de rede; a articulação de uma lista de usuários da mesma rede com os quais está estabelecida uma conexão privilegiada; a navegação por essas listas de usuários conectados, seja a própria lista, seja a lista formada por outros usuários da mesma rede. A partir dessas três interações de partida, constroem-se outras, que variam conforme o objetivo, a filosofia ou a utilidade de cada rede virtual ou mídia. Em realidade, como aponta Recuero (2008), as possibilidades abertas pelas interações iniciais são criativas, frequentemente distintas do propósito original do mantenedor da mídia social. Incluem, por sua natureza, conversação, diversidade, fazendo emergir as concepções e os conflitos da sociedade.

Centenas de milhões de usuários aderiram a essas redes ou mídias, integrando-as ao seu cotidiano. No segundo trimestre de 2015, por exemplo, somente a rede social virtual Facebook já possuía 1,49 bilhão de usuários (STATISTA, 2015). Uma vez que o planeta possuía, à mesma época, 7,29 bilhões de habitantes (UNITED NATIONS, 2015), já eram usuários dessa rede mais de 20% dos habitantes da Terra. E tal proporção continua crescendo.

É preciso voltar-se para o fato de que a expressão “rede social”, usada em senso comum no lugar de “mídia social”, é bastante anterior à disponibilização das redes sociais virtuais na Internet. Os contatos sociais que cada indivíduo possui formam uma

rede social, que, em geral, tem um grau de coincidência alto com os contatos que cada indivíduo mantém na Internet. Para Boyd e Ellison (2007), a principal singularidade das redes sociais virtuais não está no fato de permitirem a seus usuários entrar em contato com estranhos, mas sim na possibilidade de criar articulações por meio da disponibilização livre de suas redes de contato social.

Para Haythornthwaite (2005), isto pode resultar em contatos entre indivíduos que, de outra forma, não seriam feitos. São esses contatos que constituem o núcleo das comunidades virtuais. Rheingold (1993) ainda é reconhecido na área como o primeiro a definir apropriadamente essa expressão. Para ele, comunidades virtuais seriam reuniões sociais que emergiriam da Internet quando um número suficiente de pessoas se envolve em discussões públicas por um período longo o bastante e com sentimento humano suficiente para que se formem teias de relacionamentos pessoais no ciberespaço.

Haythornthwaite (2005), no entanto, aponta que o mais comum em redes sociais virtuais de massa não é a formação de contatos entre indivíduos socialmente distantes, mas entre pessoas que já compartilham algum tipo de ligação fora da Internet. Em outras palavras, nas grandes redes sociais virtuais, os participantes não estão necessariamente buscando novos contatos ou reforçando contatos tênues; em lugar disso, eles estão se comunicando principalmente com pessoas que já fazem parte de sua rede social (em sentido amplo). Apenas como observação, vale dizer que, embora as maiores redes sociais virtuais tenham esse viés, outras, menores, podem se destinar a um nicho específico. Suas características são essencialmente as mesmas, apesar de a cultura emersa delas ser um tanto diversa, bem como as possibilidades que cada uma disponibiliza a seus usuários.

Nem sempre as redes sociais virtuais puderam ser como são hoje. Sítios que surgiram nos primeiros anos de disponibilização da Internet ao grande público, como SixDegrees.com, acabaram fechando, provavelmente porque ainda eram poucos os usuários de Internet. Portanto, havia uma grande dificuldade de os usuários reproduzirem, com grau suficiente de fidelidade, a sua rede social (em sentido amplo) na mídia social. Os seus contatos, muito frequentemente, ainda não eram usuários.

Além disso, a própria Internet se configurava de outra forma, salvo exceções que, hoje, acabam se mostrando precursoras dessa nova Internet. O'Reilly (2007) chama a primeira configuração da Internet de Web 1.0 e a nova, atual, de Web 2.0, e lista

algumas diferenças notáveis. Hoje, temos buscadores dinâmicos como Google; na Web 1.0, só havia diretórios de páginas. Hoje, temos blogs; na Web 1.0, os usuários faziam suas páginas de forma estática. Hoje, há espaços colaborativos, como a Wikipédia, como também há compartilhamento amplo de arquivos, como os *torrents*. Ou seja, a mídia social, como se observa atualmente, se identifica com a Web 2.0, sendo difícil imaginá-la na arquitetura da Web 1.0.

Para Gouvêa e Oliveira (2006), a existência de denominações como “era do rádio”, “era do cinema”, entre outras “eras” dão a ideia de como as novas tecnologias, sejam quais forem, marcam as vidas dos que lhes são contemporâneos. Neste sentido, a “era das redes sociais [virtuais]” é apenas mais uma dentre tantas outras. Drucker (1997) sintetiza bem o pensamento possível, afirmando que a tecnologia é importante porque permite fazer coisas novas, mas não porque permite fazer melhor as coisas velhas.

2. Privacidade em discussão

Pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento vêm estudando as redes sociais virtuais a fim de compreender as práticas, as implicações, a cultura e o significado dessas teias de conexão, bem como o envolvimento dos usuários com elas. Tendo sido desenvolvidas em contextos concretos, as redes sociais virtuais têm um conteúdo político e social. Além disso, a crescente utilização desses sítios na Internet faz com que este tema relativamente novo ganhe extrema importância e, possivelmente, mereça abordagem obrigatória nas ementas de componentes curriculares, tanto na educação básica quanto na superior, especialmente em disciplinas cujo objeto é, precisamente, o uso de ferramentas informáticas.

Em particular, existe um crescente número de estudos a demonstrar preocupação com o desprezo de um grande número de usuários das redes sociais virtuais em relação à privacidade e ao sigilo pessoais (VOGT, 2010; BARNES, 2006). Tal preocupação, no entanto, não é nova para os especialistas em Informática, que, já na década de 1980, alertavam para os riscos da redução da privacidade devida à utilização crescente de dispositivos automatizados e bancos de dados (OLIVEIRA, 1985). Contudo, os pesquisadores não previam que tal redução se desse, em parte tão expressiva, de forma voluntária pelos usuários da Informática e das redes de computadores, sem uma contrapartida imediata, como a troca por serviços públicos de saúde, educação ou

seguridade social, como ocorria à época. Tal comportamento compromete a privacidade do usuário e, potencialmente, a sua segurança e integridade física e social (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2009).

As ameaças à privacidade parecem crescer quando deixamos de ler artigos da década de 1980 e voltamos a olhar especificamente para as redes sociais virtuais. Em um dos primeiros estudos de que se tem notícia, Gross e Acquisti (2005) analisaram perfis de 4 mil alunos de uma prestigiada universidade norte-americana na rede Facebook, buscando identificar ameaças potenciais geradas pela disponibilização irrestrita de informações pessoais sensíveis. Para Acquisti e Gross (2006), é frequente haver uma desconexão entre o desejo de preservar a privacidade e o comportamento desses estudantes. Essa temática também é explorada por Barnes (2006), que destaca a existência de um paradoxo quando os jovens não se atentam à natureza pública da Internet.

Para Boyd e Ellison (2007), as próprias redes sociais virtuais também desafiam as concepções legais de privacidade. Hodge (2006) argumenta que as normas legais estadunidenses acerca da privacidade não estão adequadas para lidar com as dinâmicas próprias dessas redes. Por exemplo: que tipo de informação a polícia pode obter de um perfil do Facebook sem um mandado? Somente a irrestritamente pública? Ou também pode obter e usar como prova a informação compartilhada apenas com os contatos diretos (“amigos”) daquele usuário?

Convictos da relevância do tema da privacidade, vimos como necessária sua abordagem como conteúdo curricular, especialmente em disciplinas de Introdução à Informática, na Educação Básica e no Ensino Superior. Apesar de tudo o que foi mencionado até este ponto, não conseguimos encontrar uma posição definitiva na bibliografia especializada sobre a seguinte questão: a abordagem deste tema pode promover uma mudança de comportamento nos alunos?

Não encontrando qualquer resposta à questão, decidimos buscar outro aspecto das relações sociais, outro valor humano, que fosse plenamente discutido na literatura. Na ausência da discussão sobre privacidade, a ética nos pareceu uma excelente baliza para estudarmos a adesão aos valores humanos em virtude da educação formal. Para Gonçalo (2008), a ética, como valor humano, tem papel norteador da ação e reflexão do homem frente à realidade social em que está inserido. Alvaro (2003) destaca que valores

humanos têm sido, há muito, foco de análises devido ao seu papel determinante na construção da ação social. Ainda segundo o mesmo autor, os valores são parte da construção da identidade do indivíduo, bem como participam da formação das normas culturais que afetam comportamentos individuais e de grupo. Há, portanto, uma similaridade entre ética e privacidade que vai além do entendimento de que ambas são valores humanos.

Assim, buscando informações na literatura sobre a possibilidade de mudança de percepção ética a partir da educação escolar, encontramos posicionamentos diversos: há especialistas que põem em dúvida a possibilidade de se avançar expressivamente no ensino de ética na escola e, ainda menos, na universidade. Isto pois o ensino nos ambientes educacionais dependeria de uma formação familiar, moral, filosófica e religiosa adequada, aspectos que têm pouco em comum com a educação escolar e, especialmente, com a existência de uma componente curricular que verse especificamente sobre ética (ARAÚJO, 2010; CARVALHO, 2011; PRENTICE, 2002). Por outro lado, há vários estudos que entendem o contrário, convictamente defendendo que a ética pode, sim, ser ensinada e aprendida. Tais estudos lembram por exemplo, o trabalho de Lawrence Kohlberg e seu uso de dilemas éticos na formação ética e moral (BERTERO, 2012; ANDRE; VELASQUEZ, 1987; ARANHA, 2006). Há, ainda, exemplos de autores que vão além, e sugerem formas para o ensino eficiente de ética (HANDELSMAN, 2011), também baseados em questionamentos éticos.

Se nem à ética conseguimos dar uma resposta definitiva sobre a sua possibilidade de aprendizagem em sala de aula, dificilmente poderemos dá-la à questão da privacidade na internet e nas redes sociais virtuais. Trata-se de uma problemática relativamente pouco estudada até o momento, e muito menos com o olhar que aqui apresentamos. No entanto, a partir destes estudos bibliográficos, percebemos como necessária uma abordagem diferenciada, para além da sala de aula, que realmente pudesse expor de forma mais expressiva e impactante as consequências do fornecimento de informações pessoais na internet por meio de interações interpessoais não sigilosas.

Uma das possibilidades levantadas, inspirada livremente em uma das sugestões de Handelsman (2011), a qual foi efetivamente utilizada, foi a da realização de uma performance cênica. Para Vasconcellos (2010), ex-professor de Arte Dramática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autor de um dicionário de teatro, performance cênica é qualquer manifestação ritualística e interativa de caráter social

ocorrida em local público, quando utilizado recursos cênicos ou dramáticos. Uma das definições mais amplas de performance, discutida mais intensamente na década de 1980, é a de Richard Schechner, na obra *The End of Humanism*, de 1982 (FÉRAL, 2009). Nela, Schechner ampliou a noção de performance, excedendo o domínio artístico e incluindo todos os domínios da cultura, como esportes, diversões populares, jogos, cinema, ritos culturais ou religiosos. Dentre os objetivos de uma performance está o de criar uma identidade, dissolvendo as fronteiras entre os indivíduos (VASCONCELLOS, 2010), objetivo que representa adequadamente a razão de nossa opção no universo das artes cênicas.

A educação pela arte, por certo, também não é uma proposta nova. Um dos mais marcantes nomes na defesa da ideia de que a arte deve ser a base da educação é o inglês Herbert Read. Como presidente da Unesco e também da Associação Internacional de Educação pela Arte, Read teve a oportunidade rara de difundir amplamente as ideias que apresentou pela primeira vez durante seu doutoramento, no início da década de 1940 (SOUSA, 2003). No entanto, Read não é o único. Mesmo se pensarmos especificamente nas artes cênicas, como o teatro, é possível fazer uma lista de pedagogos e de profissionais da arte que chamam a atenção para a possível contribuição das artes cênicas para a educação. Afinal, as artes cênicas apresentam expressivo valor de envolvimento emocional, poder ímpar de contar histórias e características singulares de comunicação e de crítica social, de formação e de informação. Sousa (2003), além de listar essas características, ainda lembra que o teatro foi defendido para ser incluído como componente curricular já na reforma educativa pombalina de meados do século XVIII em Portugal, tanto por Manoel de Figueiredo, um homem do teatro, quanto por António Ribeiro Sanches, um pedagogo.

Para Martins (2008), as artes cênicas na educação têm o poder de contribuir com os sujeitos para uma discussão racional e eficiente sobre um leque amplo de questões e de valores humanos, visando a uma sociedade mais justa, uma sociedade mais democrática. A autora entende que, por sua capacidade de formar imagens, as artes cênicas têm posição privilegiada para viabilizar situações que não existem, mas que podem vir a existir. Ou seja, com a ajuda das artes cênicas, é possível criar, em ambiente controlado, as situações que porventura podem vir a existir no futuro.

Nessa mesma linha, vale destacar que o público que desejamos atingir era formado predominantemente por adolescentes, calouros universitários, cidadãos ainda

em formação, cuja experiência e vivência, ainda são restritas. A pergunta que se colocou foi: teriam as artes cênicas um papel na formação do adolescente? Para Montero (2008), sim: oferecer este conhecimento a adolescentes implicaria avançar rumo a uma síntese de diversas ciências e artes, como a psicologia, a pedagogia e o teatro. A autora destaca que a etapa da adolescência é difícil, e que o teatro é uma forma de ajudar os jovens a se conhecer, a saber como são e o que acontece com eles. Assim, o teatro, como possivelmente outras artes cênicas, a nosso ver, podem contribuir para essa transição para um mundo de responsabilidades, como o mundo adulto, como, também, o universo da Internet e das redes sociais virtuais.

3. Objetivos

Nosso objetivo maior foi o de propor novas abordagens para a questão da privacidade na Internet, especialmente nas redes sociais virtuais. Para que isso fosse possível, estabelecemos uma sequência de objetivos parciais, que nos permitiram atingir o objetivo principal. Os objetivos parciais foram: Elaborar um levantamento bibliográfico sobre a questão; Propor uma abordagem contemporânea, como é a própria realidade das redes sociais virtuais, mas devidamente alicerçada na teoria sobre o tema; Planejar e executar um projeto que contemplasse a abordagem proposta; Avaliar a aplicação do projeto, com fins de contribuir com a discussão já travada na literatura.

O público-alvo imediato de nosso projeto era composto por calouros universitários, alunos da disciplina de Introdução à Informática, ministrada no primeiro semestre dos cursos de Ciências Agrárias de uma universidade federal da região Norte do país. De forma mais ampla, acreditamos que poderíamos atingir todo o público de redes sociais virtuais, por meio da disponibilização do vídeo em portais especializados em produções audiovisuais.

4. Metodologia

Inicialmente, realizamos um levantamento bibliográfico amplo, o qual resultou na discussão exposta já na introdução deste artigo. Voltamos a destacar que não localizamos artigos que discutissem diretamente a possibilidade de se ensinar a privacidade como um valor, mas apenas artigos que discutiam a possibilidade de se trabalhar com valores em ambiente escolar. Uma vez que essa questão ainda é fonte de

controvérsias, optamos por seguir a ideia de que é, sim, possível ensinar valores; sem tal premissa, o trabalho aqui apresentado estaria, desde o princípio, inviabilizado.

Embora tenhamos procurado e pensado em possibilidades de abordagem contemporânea da questão da privacidade, não conseguíamos achar algo realmente impactante até nos depararmos, casualmente, com uma performance cênica crítica à falta de privacidade voluntária dos usuários na rede, disponível em vídeo na Internet. Tal vídeo, que não foi novamente localizado por nós em seu canal de origem, foi realizado por um grupo de teatro inglês. Tinha cerca de três minutos e trazia um performer “seguindo” pessoas na rua, em alusão à ferramenta “seguir” do serviço Twitter; exibindo um álbum de fotografias para grupos de pessoas desconhecidas em praça pública, em referência aos álbuns de diversas mídias sociais; bem como segurando um cartaz que anunciava que ele estaria “solteiro”, também em referência à ferramenta que anuncia o “status de relacionamento” em várias redes sociais virtuais.

A partir desse vídeo, que havia sido disponibilizado no início do mês de junho de 2011 no serviço YouTube de hospedagem de vídeos, decidimos produzir um vídeo semelhante. Para isto, fizemos um levantamento de informações que, à época, eram de frequente divulgação por parte dos usuários de mídias sociais, especialmente os universitários. Entre elas, estavam a participação em grupos de usuários (comunidades) cujo título dá excelentes pistas sobre a personalidade, a rotina e a forma de vida de alguém, como as do tipo “Eu odeio (algo/alguém)”, assim como a divulgação do “status de relacionamento” e da data de nascimento ou aniversário. Também decidimos tratar na performance as “amizades” (aceitação, em geral, de conhecimento público, do acesso de outro usuário às suas informações pessoais e vice-versa) e da ação de “seguir” (ação expressa e publicamente exposta de acompanhamento das informações postadas por outro usuário).

O enredo temático da performance, portanto, pretendia alertar a audiência para a redução da privacidade por conta do descontrole sobre as informações postadas nos perfis pessoais do usuário das redes sociais virtuais, bem como sobre o acesso e a disponibilidade dessas informações por desconhecidos. O trabalho foi influenciado pelas ideias de educação e desenvolvimento ético por meio do conflito de ideias e da reflexão moral sugeridas nos trabalhos da literatura.

O vídeo da performance do grupo londrino foi bastante acessado à época, tendo destaque internacional em número de acessos. Outro vídeo derivado da performance londrina de que tomamos conhecimento foi realizado por um repórter do portal de internet UOL, Rodrigo Bertolotto, com instrumentação e ferramentas de edição melhores, embora com objetivos bem diversos dos nossos. O vídeo de Bertolotto, intitulado “Repórter aplica nas ruas o estilo Facebook de curtir a vida” data de 8 de agosto de 2011. É, portanto, cerca de um mês e meio posterior à nossa produção. O mesmo ainda pode ser encontrado no portal UOL, na Internet.

5. A performance

O trabalho final, intitulado “Caiu na rede... É público!”, segue disponibilizado no serviço de hospedagem de vídeos e rede social virtual YouTube, tendo a duração de 3min55s depois de editado. A produção foi feita de forma rudimentar, com o uso de uma câmera fotográfica digital simples para a captação das imagens. Performer e operador de câmera, as únicas pessoas que trabalharam para viabilizar o vídeo são os dois autores deste trabalho. Tal como o vídeo gravado em Londres, escolhemos algumas locações na cidade de São Paulo, conhecidas e de grande movimento em uma data como o feriado de Corpus Christi, em junho de 2011: a avenida Paulista e o parque do Ibirapuera. Descreveremos, assim, o vídeo, disponível na Internet.

Inicialmente, observa-se o performer segurando cartaz onde se lê “Solteiro”, enquanto a câmera capta a reação dos passantes. Fecha-se a tela e lança-se a pergunta em branco, num fundo preto: “Isto é normal?” Depois, o performer expõe cartaz com algumas fotos pessoais em cartaz onde se lê “Meu álbum”. Fecha-se novamente a tela e se informa: “Deixou satisfeito um voyeur...” A seguir, o performer cola etiqueta de “Curti!” em museu. A pergunta que segue é “Alguém perguntou?” O vídeo segue com o performer segurando outros cartazes que dizem “Quero ser seu amigo...”, “Hoje é meu aniversário”, “Deixe um recado”, “Odeio estudar” e “Siga-me”, enquanto o vídeo vai se fechando periodicamente para lançar mensagens rápidas e curtas de questionamentos ou outras provocações reflexivas ao que se vê na cena anterior para quem assiste: “Fundo do poço?”, “Quanta gente se lembrou!”, “Estranho? Ninguém disse que é estranho...”; “Seguir você?”; “Desse jeito, vai casar logo!”, e “Que meu chefe não fique sabendo

disso!”. O objetivo foi o de intensificar, na pessoa que assiste à performance, a sensação de absurdo na ação representada, levando à reflexão.

O papel do operador de câmera foi o de captar não somente a ação do performer, mas também a reação do público imediato, ou seja, aquelas pessoas que passavam pelo performer, observavam a ação performática e, em diversos casos, interagiam com ele. No fim do vídeo, uma senhora questiona o performer: “Odeia estudar o quê?”. Ele responde “Odeio tudo! Odeio estudar!”, no que a senhora faz a tréplica: “Ah, isso é teatro”. A tela escura retorna para afirmar: “Sim, é teatro, mas... caiu na rede, é público!”. Um último questionamento provocativo é feito: “O que você faz na rede social, você faria na rua?” Seguem os créditos finais do vídeo. A edição do vídeo foi realizada na noite do dia das gravações, sendo a produção disponibilizada de imediato e permanecendo sem alterações desde então.

6. Aplicações e discussões

A última etapa foi a de aplicação do vídeo. Como mencionado anteriormente, nosso público era formado por recém-ingressantes na universidade. Em particular, tratava-se de estudantes da disciplina de Introdução à Informática, ministrada no primeiro semestre curricular dos cursos de Ciências Agrárias (Agronomia e Engenharia Florestal) de uma universidade federal da região Norte do Brasil.

Um dos conteúdos previstos para a disciplina era o de redes de computadores, das quais, certamente, a Internet é a mais importante. Ao selecionarmos os temas para abordagem do referido conteúdo, percebemos a importância de tratarmos sobre a temática da privacidade. Assim, este já era um tema previsto para abordagem na disciplina. A produção e a aplicação do vídeo serviram para complementar o conteúdo e a forma de abordagem já previstos na ementa da disciplina.

Assim sendo, tivemos uma aula inicial específica para o tema “Privacidade na internet”, com duração de pouco mais de uma hora, na qual tratamos do tema de forma mais teórica, fazendo uso de algumas das referências já citadas na seção “Privacidade em discussão” deste artigo. Também recorreremos a exemplos de exposição voluntária de privacidade que foram tema de reportagens na mídia, seja com pessoas famosas ou comuns.

Ao fim dessa primeira aula, ocorrida em novembro de 2011, os alunos foram solicitados a acessar, em qualquer momento ao longo dos sete dias que se seguiriam, o vídeo disponibilizado na Internet. Foi dito a eles que faríamos uma discussão do tema e da produção audiovisual performática na aula seguinte, e que, portanto, eles deveriam refletir sobre o conteúdo em conjunto com as discussões que havíamos acabado de travar.

O vídeo, em geral, foi bem aceito pelos alunos. Alguns deles se identificaram imediatamente com ele e com a performance logo que assistiram, antecipando as suas impressões e os seus comentários iniciais por meio do próprio serviço de vídeos. Um deles, identificado então como “007Agronomo”, escreveu, literalmente: “É, mandou muito bem, Professor, também compartilhei o seu vídeo, achei interessante a mensagem que você passou, realmente não tinha pensado nas redes sociais por esse ângulo”. Outra aluna, identificada como “Rachelitcha” (seu comentário não está mais disponível na página do vídeo), questiona se não seria intrínseco à rede social virtual regras “diferentes” das vigentes no mundo real.

O questionamento de Rachelitcha foi considerado extremamente relevante, tendo suscitado a busca por uma análise mais detalhada antes de retomarmos a discussão na aula seguinte. As respostas à provocação de Rachelitcha são diversas entre os especialistas. Uma possibilidade é entender a concepção de Humberto Maturana, de que o comportamento dos sistemas vivos se determina pela sua estrutura, e que, uma vez mudada a estrutura, pode-se observar uma mudança de comportamento (CAPRA, 2005). Assim, se houver uma mudança de estrutura da rede social virtual em relação ao mundo real, é esperado que sejam observados na rede comportamentos distintos.

Castells (2001), por sua vez, desde o início do século vem apontando que a Internet não muda a sociabilidade, ou seja, a forma como procedem as pessoas em suas interações sociais. Assim, a Internet não muda comportamentos, apenas os desenvolvem, os amplificam a partir do que já são. Apoiado por pesquisas, Castells entende que as comunidades físicas teriam determinadas relações, enquanto as comunidades virtuais teriam outro tipo de lógica e de relações: as primeiras são baseadas nas relações obrigatórias, como trabalho e vizinhança física, enquanto as segundas se baseiam nas afinidades, ou seja, são relações às quais os usuários de redes sociais virtuais se submetem voluntariamente.

Acreditamos que Castells acertou o ponto focal. Ao se basear nas afinidades, as comunidades ganham as qualidades e, especialmente, os defeitos da mentalidade de grupos. Sampaio (2002), embasado no trabalho do psicanalista inglês nascido na Índia Britânica Wilfred Ruprecht Bion, identifica algumas das situações em que o grupo se mostra mobilizado pela mentalidade de grupos: “conversas fúteis, ausência de juízo crítico, situações ‘sobrecarregadas de emoções’ a exercerem influência sobre o indivíduo, estímulo às emoções independentemente do julgamento” (p.282). Tratar-se-ia de uma faceta do grupo que acompanha a busca de seus objetivos: uma faceta regida pelos impulsos dos indivíduos despertados unicamente quando se está em um grupo. Ou seja, as comunidades das redes sociais virtuais, ao terem como razão de existir a busca de um objetivo voluntário, reforçam não somente a faceta positiva da agregação dos indivíduos em grupos, mas também reforçam o caráter negativo, que é o que Bion chamava de perturbações do comportamento racional do grupo.

Em particular para a questão da privacidade, Barnes (2006), por exemplo, fundamentada no trabalho de Oscar H. Gandy, de 1993, acredita que, na era da mídia digital, nós não temos mais qualquer privacidade. Sugere, de forma possivelmente irônica, mas ácida, que deveria ser criada uma agência para lutar pela preservação da privacidade. Em suma, a suspeita de “Rachelitcha” não tem uma resposta definitiva. A opinião que melhor resume os autores consultados é a de que a rede social não tem regras diferentes, mas que nela atua mais intensamente o caráter de irracionalidade.

Além desta, outras questões levantadas previamente como possíveis de surgir na discussão da segunda aula subsidiaram novas pesquisas sobre o tema, facilitando a discussão da performance na sala de aula. Os comentários colocados por alguns dos alunos no início da aula fomentaram discussões bastante amplas e pertinentes sobre a temática. Muitos fizeram uso de exemplos de pessoas do seu convívio e de situações noticiadas pela mídia. Nenhum, no entanto, utilizou exemplos pessoais, próprios, e poucos manifestaram atitudes que já tinham ou que passariam a ter a partir daquele momento com relação à busca de proteção da privacidade no uso das redes sociais virtuais.

O estudo de Viégas (2005) indica uma desconexão entre o modo como os usuários dizem que se sentem sobre suas configurações de privacidade e como eles reagem ao sofrer consequências imprevistas de uma violação de privacidade. Este foi um dos textos usados para colocar mais combustível em determinados momentos da

discussão. Mais uma vez, no entanto, o uso da terceira pessoa foi mais frequente que o da primeira pessoa. De certa forma, isso parecia indicar que os participantes não consideravam que aquela discussão os atingia, de fato. Mesmo assim, consideramos que a discussão foi bem-sucedida. É preciso reconhecer que esperar uma mudança radical de atitude e de valores em tão pouco tempo para tantas pessoas simultaneamente é um excesso de expectativa. Reduzindo-se a expectativa, reconhece-se que a atividade foi bem-sucedida, ao colocarmos o tema em evidência e fomentar a discussão orientada sobre ele.

7. Considerações finais

A utilização de redes sociais virtuais segue intensa e é crescente, à medida que se observa um barateamento do custo de equipamento e de acesso à Internet. Portanto, a expansão atual ocorre exatamente nos grupos mais pobres e vulneráveis. Qualquer proposta que busque discutir e educar esse público para um uso saudável da Internet e das redes sociais virtuais deve ser reconhecida. Isso se aplica especialmente à questão da privacidade. Por outro lado, ainda é controversa a ideia de que é possível ensinar valores em ambientes de educação formal. Acreditamos ser possível, sim, fazer contribuições positivas em relação à educação de valores, apesar de reconhecer que as mensagens trazidas à escola podem atingir uma fração dos estudantes menor que a esperada. Muitos vão repetir o que o professor espera, e terão, na prática, outra conduta. Essa possibilidade não nos deixou esmorecer.

A participação efetiva de uma parte expressiva da turma e a vontade de se posicionar, de emitir opinião e, em alguns casos, de manifestar expressamente o desejo de se comportar de forma mais prudente nas mídias sociais, sugere que a performance cênica foi uma opção acertada de abordagem do tema. O vídeo, que ainda é bem atual, dada a permanência e a continuidade do estado de descuido dos usuários em relação às informações postadas em redes sociais virtuais, provavelmente voltará a ser utilizado em pesquisas interdisciplinares como esta.

No entanto, a Internet é uma verdadeira usina de novas problemáticas. As mídias sociais são o exemplo mais evidente. As questões que se juntam à privacidade para uma discussão mais ampla são a perseguição de usuários (*bullying*); a disseminação de boatos e de informações falsas com objetivos comerciais, políticos ou sociais; a venda

de informações dos usuários pelas empresas mantenedoras das redes; o crescimento das manifestações de intolerância; o acesso de crianças de forma não controlada; o crescimento de crimes relacionados ao patrimônio; além de questões mais controversas e profundas, como a objetificação do ser humano e a vacuidade do uso da rede. A nosso ver, podemos discutir de forma irreverente e alternativa essas questões no ensino formal e propor a reflexão com os estudantes. O exemplo mostrado neste artigo indica uma possível direção.

REFERÊNCIAS

ACQUISTI, Alessandro; GROSS, Ralph. Imagined Communities: awareness, information sharing, and privacy on the Facebook. In: DANEZIS, George; GOLLE, Phillippe (Eds.). **Privacy Enhancing Technologies**. 6th International Workshop PET Cambridge, UK, June 28-30, 2006. Berlin: Springer, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/11957454_3>. Acesso em: 14 ago.2015.

ALVARO, José Luis. Psicología social de los valores humanos: desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados. **Revista Interamericana de Psicología**, v.37, n.1, p.171-176, 2003. Disponível em: <<http://www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP036a0/RIP03709.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

ANDRE, Claire; VELASQUEZ, Manuel. Can ethics be taught? **Issues in Ethics**, v.1, n.1, 1987. Disponível em: <<http://www.scu.edu/ethics/publications/ie/v1n1/taught.html>>. Acesso em: 5 fev.2013.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Ceres Alves de. Ética às nossas crianças. **Veja São Paulo**, n.2185, 6 out.2010. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/criancas-artigo>>. Acesso em: 4 fev.2013.

BARNES, Susan B. A privacy paradox: social networking in the United States. **First Monday**, v.11, n.9, set. 2006. Disponível em: <<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/1394/1312>>. Acesso em: 12 fev.2013.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1181-1201, set./dez.2004.

BERTERO, Carlos Osmar. É possível ensinar ética? **GVExecutivo**, São Paulo, v.11, n.1, p.34-37, jan./jun.2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/22796/21559>>. Acesso em: 15 set.2015.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v.13, n.1, p.210-230, Oct.2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>>. Acesso em: 11 out.2015.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Formação ética. **Revista Educação**, n.165, jan.2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/165/artigo234904-1.asp>>. Acesso em: 3 fev.2013.

CASTELLS, Manuel. Internet y la sociedad red. **La Factoría**, n.14-15, fev./set.2001. Disponível em: <http://www.cabuenes.org/03/documentos/cursos/globalizacion/bloque2/glob_b1q2_08.pdf>. Acesso em 5 out.2015.

DIAS, Angela Alvares Correia; CHAVES Filho, Hélio. A gênese sócio-histórica da ideia de interação e interatividade. In: SANTOS, Gilberto Lacerda (org.). **Tecnologias na educação e formação de profissionais docentes**. Brasília: Plano, 2003. Disponível em: <http://www.academia.edu/8795551/Tecnologias_na_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Professores_Editora_Plano_>. Acesso em: 24 maio 2016.

FÉRAL, Josette. Por uma poética da performatividade: o teatro performativo. **Sala Preta**, São Paulo, v.8, n.1, p.197-210, 2009. Disponível em: <<http://www.revistasalapreta.com.br/index.php/salapreta/article/download/260/259>>. Acesso em: 20 fev.2013.

GONÇALO, Edinaldo Tibúrcio. Os valores como fundamento ético do agir humano. **Contexto**, v.3, n.3, p.103-110, 2008. Disponível em: <<http://www2.uern.br/index.php/contexto/article/view/49>>. Acesso em: 24 maio 2016.

HANDELSMAN, Mitchell M. 5 ways to teach ethics. **Psychology Today**. The Ethical Professor Blog. 2011. Disponível em: <<http://www.psychologytoday.com/blog/the-ethical-professor/201102/5-ways-teach-ethics>>. Acesso em: 5 fev.2013.

HAYTHORNTHWAITE, Caroline. Social networks and Internet connectivity effects. **Information, Communication, & Society**, v.8, n.2, p.125-147, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13691180500146185>>. Acesso em: 11 out.2015.

HODGE, Matthew J. The Fourth Amendment and privacy issues on the “new” Internet: Facebook.com and MySpace.com. **Southern Illinois University Law Journal**, v.31, p.95-122, Fall 2006. Disponível em: <https://static.aminer.org/pdf/PDF/000/244/151/privacy_issues_on_the_internet.pdf>. Acesso em: 31 out.2015.

MARTINS, Guaraci da Silva Lopes. O estudo de gênero: artes cênicas e educação. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Uberlândia, MG: Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas, 2008. Disponível em: <<http://www.portalabrace.org/vcongresso/textos/pedagogia/Guaraci%20da%20Silva%20Lopes%20Martins%20%20O%20ESTUDO%20DE%20ENERO%20ARTES%20CENICAS%20E%20EDUCACAO.pdf>>. Acesso em: 11 out.2015.

MONTERO, Marcela. El rol del teatro em la formación del adolescente. In: ARAUJO, Graciela González de Díaz; de SERVERA, Ester Trozzo; MONTERO, Marcela; SAMPEDRO, Luis; SALAS, Beatriz. **El teatro en la escuela**. Buenos Aires: Aique, 2008.

OLIVEIRA, Maria Teresa de. Notas sobre as contradições do processo de informatização social. **Cadernos de Saúde Pública**, v.1, n.2, p.140-152, abr./jun.1985. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1985000200002>>. Acesso em: 11 out.2015.

O'REILLY, Tim. What Is Web 2.0: design patterns and business models for the next generation of software. **Communications & Strategies**, n.65, p.17-37, jan./mar.2007. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>>. Acesso em 11 out.2015.

PRENTICE, Robert. An ethics lesson for business schools. **The New York Times**, 20 ago.2002. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2002/08/20/opinion/an-ethics-lesson-for-business-schools.html>>. Acesso em: 07 nov.2015.

RECUERO, Raquel. **O que é mídia social?** 2 out.2008. Disponível em: <[http:// www.raquelrecuero.com/arquivos/o_que_e_midia_social.html](http://www.raquelrecuero.com/arquivos/o_que_e_midia_social.html)>. Acesso em: 24 maio 2016.

RHEINGOLD, Howard. **The virtual community: homesteading in the electronic frontier**. Reading, Massachusetts, USA: Addison-Wesley, 1993. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=fr8bdUDisqAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 11 out.2015.

SAMPAIO, Jáder dos Reis. A "Dinâmica de Grupos" de Bion e as Organizações de Trabalho. **Psicologia USP**, São Paulo, v.13, n.2, p.277-291, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642002000200015>>. Acesso em 11 out.2015.

SOUSA, Alberto B. **Educação pela arte e artes na educação** - segundo volume: drama e dança. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

STATISTA. **Number of monthly active Facebook users worldwide as of 2nd quarter 2015** (in millions). 2015. Disponível em: <<http://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide>>. Acesso em: 11 out.2015.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. **World Population Prospects: the 2015 revision, key findings and advance tables**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/Key_Findings_WPP_2015.pdf>. Acesso em 11 out.2015.

UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. Wharton School. Como as redes sociais online estão redefinindo a privacidade e o sigilo pessoais. **Universia**, 17 jun.2009. Disponível em: <[http:// www.wharton.universia.net/index.cfm? fa= viewArticle &id=1730](http://www.wharton.universia.net/index.cfm?fa=viewArticle&id=1730)>. Acesso em: 8 fev.2013.

VASCONCELLOS, Luiz Paulo. **Dicionário de teatro**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

VIÉGAS, Fernanda Bertini. Bloggers' expectations of privacy and accountability: an initial survey. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v.10, n.3, p.12, abr.2005. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol10/issue3/viegas.html>>. Acesso em 13 fev.2013.

VOGT, Carlos. A banalização do banal. **ComCiência** [online], Campinas, n.121, set.2010. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n121/01.pdf>> Acesso em: 20 fev.2013.